



# A Resposta dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento à COVID-19

Destaques: segurança alimentar, nutrição e sistemas alimentares sustentáveis

## MENSAGENS PRINCIPAIS

- A pandemia do COVID-19 ameaça a segurança alimentar, nutrição e a resiliência climática dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), que compartilham muitas características, como a dependência do comércio internacional e de alimentos importados; vulnerabilidade às mudanças climáticas, desastres naturais e aos choques econômicos externos, além da desnutrição e de altas taxas de doenças não-transmissíveis relacionadas à dieta.
- Como os PEID e a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) desejam alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2 (fim da pobreza e fome zero), a prioridade deve ser o atendimento às necessidades imediatas das populações vulneráveis, fortalecer a assistência alimentar de emergência, realizar intervenções nutricionais, além de melhorar a rede de segurança e os programas de proteção social, para diminuir o impacto da redução de renda, especialmente entre os pobres.
- Ações para aumentar a produção doméstica de alimentos a curto e médio prazos são essenciais para garantir que os agricultores tenham acesso a insumos para a produção e financiamento para as próximas temporadas de plantio e colheita, e assim promover o consumo de alimentos nutritivos e produzidos localmente para melhorar a dieta alimentar em geral e reduzir a dependência em alimentos importados e altamente processados.
- São necessárias medidas políticas e fiscais imediatas para garantir que as cadeias de abastecimento de alimentos sejam mantidas em funcionamento, no nível nacional e internacional, não impedir os alimentos a cruzar as fronteiras, transportadas entre ilhas e de novos fornecedores (nos casos em que os países fornecedores interrompam suas exportações) e em conformidade com as normas de segurança alimentar existentes.
- As autoridades de governos locais desempenham um papel importante para garantir que os sistemas alimentares sejam considerados essenciais e funcionem de acordo com as diretrizes de saúde contra a COVID-19; que as empresas, trabalhadores e agricultores sejam protegidos e apoiados e que as populações estejam bem informadas sobre a alimentação saudável e que sigam as boas práticas de higiene (criar mensagens claras e publicar nos meios de comunicação social, aplicativos, rádios comunitárias e redes tradicionais).

- Como em outros países afetados pela COVID-19, a situação atual oferece **oportunidades para que os PEID possam adotar rapidamente plataformas digitais, além de melhorar a sua própria capacidade digital** (atores da cadeia de valor adotem a digitalização, pagamentos eletrônicos, análises de Big Data), além de fortalecer as redes de comunicação local e entre as ilhas.
- **Estatísticas confiáveis, rápido acesso a dados, bem como sistemas de alerta precoce** são necessários que os PEID possam melhor planejar e responder a crises e choques.
- **Considerando que os desafios econômicos e sociais são semelhantes entre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, é importante fortalecer no curto prazo os mecanismos de solidariedade e de integração regional específicos dos PEID**, além de oferecer assistência técnica, instrumentos financeiros pertinentes e, que os investimentos em sistemas alimentares mais resilientes sejam feitos no longo prazo.

### Principais questões políticas

Em todo o mundo, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento enfrentam muitos desafios semelhantes de desenvolvimento: territórios pequenos e pouca extensão de terras agricultáveis, populações pequenas e frequentemente dispersas, ambientes naturais frágeis, dependência de fontes de energia importadas, alta vulnerabilidade às mudanças climáticas, desastres naturais, choques econômicos externos, forte dependência na importações de alimentos, número limitado de setores econômicos; distância dos mercados globais; desnutrição (subnutrição, deficiências de micronutrientes, além de sobrepeso e obesidade); e altas taxas de doenças não transmissíveis relacionadas à dieta. A pandemia da COVID-19 desafia ainda mais a segurança alimentar, a nutrição e a resiliência climática dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Impactos em potencial da COVID-19:

- Pequenos estados insulares em desenvolvimento no oceano Atlântico, Pacífico, Índio e Caraíbas, dependem da **importação de alimentos**, 50% dos PEID importam mais de 80% de seus alimentos e 50% deles importam 60% dos alimentos consumidos. Os PEID são particularmente afetados por interrupções nas cadeias de abastecimentos e no comércio internacional, incluindo restrições de exportação impostas por países produtores para garantir o abastecimento doméstico (cancelamentos de voos, desaceleração nos transportes marítimos, restrições logísticas, e outros). A queda na receita das divisas estrangeiras dificultará a importação de alimentos pelos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, exacerbando a escassez de alimentos em alguns países.
- Nações remotas muito dependentes de **alimentos transportados** são particularmente vulneráveis. O impacto em potencial da valorização do dólar e as consequências para os países importadores são imprevisíveis, mas provavelmente afetará os países vulneráveis e suas populações. A redução do número de navios de pesca estrangeiros previstos no Pacífico, o que diminui a receita dos governos com as licenças.
- Muitos dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento dependem da receita do **turismo**, a pandemia da COVID-19, porém, paralisou as companhias aéreas e os navios de cruzeiro, forçou o fechamento de hotéis e outros negócios que dependem de turistas, causando desemprego e reduções nas receitas do governo, além de perdas cambiais. A crise do turismo deve continuar até o fim da crise na saúde. A economia global deverá sofrer redução de -3% (com o potencial de contração ainda maior nos PEID) em 2020. Por

exemplo, a estimar a redução em 27% no turismo, Cabo Verde espera uma recessão e um declínio de 2% em seu Produto Interno Bruto (PIB) (comparando-se à expectativa de uma taxa de crescimento de 5% no início do ano).

- Dez Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico ainda estavam livres da COVID-19 em 25 de abril de 2020. Por serem menores e isoladas geograficamente (especialmente os atóis) sofrem mais com os impactos das políticas de bloqueio, se comparados aos países nas Antilhas, mais densamente povoados e interconectados. O bloqueio afeta negativamente os ganhos e os meios de subsistência.
- O risco de se ficar **gravemente doente** com a COVID-19 é aumentado pelos níveis altos de obesidade e a prevalência de doenças não transmissíveis, como diabetes e asma. A maioria dos PEID não possui locais de testes para identificar a COVID-19, nem um sistema de saúde pública avançado para cuidar dos mais severamente afetados pela doença, especialmente os que precisam de ventiladores pulmonares.
- O consumo de alimentos de uma forma geral mudou, os alimentos básicos e tradicionais foram deixados de lado e, em seu lugar, surgiram alimentos importados altamente processados, pois geralmente são mais baratos, mais fáceis de armazenar e válidos para o consumo por mais tempo. O abastecimento de **produtos frescos e não perecíveis** pode ser interrompido por obstáculos no comércio desses produtos, além de restrições aos movimentos dos trabalhadores.
- O **emprego, a renda e a segurança alimentar** de milhões de comerciantes, vendedores de rua (principalmente mulheres), pequenos restaurantes e outros negócios em sistemas alimentares mais informais estão sob grande risco. Em muitas ilhas os mercados ao ar livre e estandes de alimentos à beira da estrada foram fechados; pequenos comerciantes continuam a fornecer alimentos em abundância, embora não sejam tão nutritivos quanto a variedade disponível em mercados e grandes supermercados.
- Os impactos negativos da COVID-19 na segurança e nutrição alimentar da região são agravados pelos efeitos das **mudanças e desastres climáticos**. A resposta humanitária à emergência causada pelo ciclone tropical Haroldo nas Ilhas Salomão, Vanuatu, Fiji e Tonga é limitada e cautelosa devido à ameaça da COVID-19. O recente surto de sarampo em Samoa deixou a economia do país em estado vulnerável e agora mais ainda, pelo prospecto da COVID-19. Outras ameaças relacionadas a doenças, como a peste suína africana são preocupantes em uma região que valoriza a carne suína.
- A maioria dos PEID depende significativamente de **remessas financeiras**, em pelo menos 20 países as remessas representam 5% ou mais do PIB. As reduções de remessas do exterior afetam o poder de compra de países e comunidades. Em 2014, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as remessas financeiras aos PEID representavam a maior parte (45%) do financiamento externo. As restrições da COVID-19 ao movimento e às empresas envolvidas em transferências monetárias podem interromper o fluxo de caixa, afetando negativamente a capacidade de algumas famílias em adquirir alimentos e outros itens essenciais. Além disso, muitas pessoas dependem diretamente de seus familiares enviarem alimentos, medicamentos e outros itens essenciais.
- Algumas ilhas relativamente maiores, com economias de exportação mais desenvolvidas, como as Ilhas Salomão a exportar madeira, ou Papua Nova Guiné a exportar petróleo e minerais, ou economias de exportação de valor como a Jamaica e a República Dominicana, agora enfrentam um **colapso na demanda e nos preços de seus mercados de exportação**, o que exerce pressão ainda maior sobre as frágeis economias insulares.

### Medidas atuais e boas práticas

Dada a natureza de evolução rápida da crise, é provável que os governos dos PEID enfrentem necessidades crescentes de financiamento, geradas pelos custos diretos da mitigação da crise em intervenções na saúde pública e perda de receita com a crise econômica. Os governos já desenvolvem planos de contingência e identificam opções de financiamento das instituições financeiras internacionais, incluindo o redirecionamento de fundos de projetos em andamento.

- Na maioria dos casos, os países insulares e organizações regionais colaboraram para apoiar políticas comuns para o livre fluxo de medicamentos, alimentos e outros bens essenciais. Também cooperam a compartilhar as boas práticas em segurança alimentar, nutrição e segurança dos trabalhadores.
- Em uma declaração conjunta, 25 países da América Latina e das Antilhas concordaram em coordenar apoio e garantir que os sistemas alimentares funcionem efetivamente durante a crise da COVID-19. O que envolverá a assistência técnica e financeira a pequenos e médios produtores, produtores agroindustriais, bem como o apoio aos mercados atacadistas locais, regionais e nacionais, para garantir liquidez, acesso a produtos e à mão-de-obra e ações coordenadas com importadores e distribuidores de alimentos do setor privado.
- A FAO e outras dez organizações internacionais concordaram em trabalhar em conjunto para dar segurança aos sistemas alimentares, agricultura e comércio durante a pandemia da COVID-19. A FAO lidera com seminários on-line sobre medidas para fortalecer a produção de alimentos em meio à COVID-19. A média de participação foi de 10.000 pessoas por sessão e contou com a presença dos Ministros da Agricultura, Pecuária e Recursos Pesqueiros da região.
- A Comunidade das Caraíbas (CARICOM) e o Programa Mundial de Alimentos, com o apoio da FAO, realizaram no início de abril uma breve pesquisa on-line: Pesquisa do impacto da COVID-19 nas Antilhas sobre segurança alimentar e nos meios de subsistência. Os resultados mostram interrupções generalizadas nos meios de subsistência, geradas principalmente pelas restrições impostas ao movimento e preocupações das pessoas em sair de casa. Além disso, a CARICOM, com o apoio de parceiros de desenvolvimento, preparou a Estrutura de Gestão de Riscos Agroalimentares durante a COVID-19, a orientar o planejamento e a gestão de riscos em nível regional. Além disso, vários países do Caribe desenvolveram planos nacionais de gestão de riscos agroalimentares durante a COVID-19 para proteger a segurança alimentar e a nutrição (São Vicente e Granadinas, Granada, Barbados, Bahamas, Dominica).
- A Comunidade do Pacífico observa, através de seu Centro de Produção Agrícola e de Árvores do Pacífico, que a pandemia da COVID-19 pode ter impactos imediatos e de longo prazo na segurança alimentar da região. O Centro pode, até certo ponto, mitigar tais impactos ao estocar alimentos em quantidade suficiente para manter os sistemas alimentares estáveis e adaptáveis à situação de rápida evolução no Pacífico. E o Centro está pronto para reorganizar equipes e carga de trabalho para responder ao desafio.
- Por causa do fechamento das escolas, a Jamaica, Bahamas, Trinidad e Tobago e Guiana estão a fornecer cartões de alimentos, coupons de alimento e de dinheiro, a garantir que as crianças vulneráveis possam ser alimentadas. Em Trinidad e Tobago discutem-se opções para refeições quentes, e em Santa Lúcia, o plano é distribuir cestas de alimentos aos pais para que preparem as refeições em casa. Em Cuba a prioridade é a prestação de assistência alimentar a idosos e crianças em idade escolar, além de aumentarem a produção local através do plano nacional de agricultura urbana e periurbana. O setor privado em Trinidad e Tobago aumentou os sistemas de compras on-line, e em Granada, os supermercados agora tem um sistema que aceita pedidos por email e WhatsApp.
- Nas Ilhas Salomão, o Governo lançou o Comitê dos Meios de Subsistência (LSC), composto por ministérios, governo local, principais organizações não-governamentais (ONGs) e o setor privado, para garantir a segurança alimentar e nutricional. O LSC planeja o plantio em massa de raízes alimentícias, além de distribuir sementes e materiais de plantio para hortas de

quintal aos residentes na capital de Honiara. O LSC também tem parceria com a SIG NET (operadora de telefonia móvel) para, no Facebook, compartilhar lições fáceis e detalhadas em jardinagem, por meio de vídeos, para os residentes de Honiara, e também para comunidades das províncias com acesso à Internet.

- Em Fiji, o Ministério da Agricultura introduziu uma iniciativa de jardinagem doméstica para incentivar as famílias urbanas a usar pelo menos 49 m<sup>2</sup> de seus quintais para uma horta. Os agricultores, através do Programa de Apoio ao Cultivo, recebem sementes e materiais de plantio gratuitamente para o cultivo de espécies de rápido crescimento em pequenos lotes. O Ministério pretende continuar a distribuição de sementes e materiais de plantio gratuitos. Os mercados municipais estão abertos e operam sob diretrizes rígidas (com todos usando equipamentos de proteção e mantendo a distância física de 2 m). As câmaras de vereadores municipais trabalham com o governo para descentralizar os mercados, criando 'minimercados' temporários em todo o país para evitar a superlotação nos locais

### Resposta das instituições financeiras internacionais e regionais

As instituições financeiras internacionais e regionais lançaram uma série de programas imediatos e de médio prazo para apoiar os PEID e outros países a responder à COVID-19. A maioria das medidas iniciais concentra-se nas questões macroeconômicas e na preocupação com a saúde.

- O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou (22 de abril) USD 205 milhões para sete Pequenos Estados Insulares, como crédito de assistência de emergência, de acordo com o Mecanismo de Crédito Rápido, Instrumento de Financiamento Rápido e um aumento dos acordos de financiamento existentes, bem como subsídios para o alívio da dívida, financiados pela Contenção de Catástrofes e do Fundo de Assistência.
- O Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) aprovou até USD 140 milhões para combater as consequências da pandemia da COVID-19 e apoiar o crescimento econômico e a redução da pobreza por meio de reformas de políticas. O CDB também aprovou USD 3 milhões para a compra de equipamentos de proteção individual.
- O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está a fornecer apoio imediato à resposta da saúde pública, que expande as redes de segurança social para populações vulneráveis e presta assistência às pequenas e médias empresas (que representam 70% dos empregos da região) por meio de programas de financiamento e garantias de liquidez a curto prazo, financiamento do comércio exterior e garantias, reestruturação de empréstimos e apoio a cadeias estratégicas de abastecimento.
- O Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) respondeu com um pacote de USD 20 bilhões para a Ásia e o Pacífico e aprovou medidas para otimizar suas operações e prestar assistência de forma rápida e flexível, com foco nos pobres e vulneráveis. O pacote inclui USD 2,5 bilhões para empréstimos em condições preferenciais e subsídios. Fortalecimento de microfinanciamentos e apoio para garantias e facilidade para pequenas e médias empresas famintas de liquidez, incluindo aquelas administradas por mulheres empreendedoras, serão implementados juntamente com o financiamento direto para empresas que respondem ou que sejam impactadas pela COVID-19.
- O Banco Mundial ativou USD 100 milhões para apoiar quatro países da América Latina e do Caribe. Disponibilizou um adicional de USD 170 milhões após o redirecionamento de operações em andamento em vários países.
- A FAO e o Banco Mundial estão a colaborar em avaliações diagnósticas de investimentos agrícolas em 60 países prioritários afetados pela COVID-19 para concluir estudos temáticos no setor agrícola e de desenvolvimento rural e orientar investimentos pós-COVID-19. Um estudo

é sobre pecuária/*One Health* (Saúde única) na Ásia e no Pacífico. Esses estudos e avaliações ajudaram em parte a projetar um novo pacote de USD 180 bilhões do Banco Mundial.

- O Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) acaba de lançar o Mecanismo de Estímulo aos Pobres Rurais e COVID-19, um fundo formado por várias doações. O objetivo é garantir que os agricultores dos países mais vulneráveis tenham acesso rápido a insumos, informações, mercados e liquidez.

## Recomendações políticas

### *Ações imediatas*

- Como os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e a FAO desejam alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2 (fim da pobreza e fome zero), a prioridade deve ser o atendimento às necessidades imediatas das populações vulneráveis, fortalecer a assistência alimentar de emergência, realizar intervenções nutricionais, além de melhorar a rede de segurança e os programas de proteção social, para diminuir o impacto da perda do emprego e a redução de renda, especialmente entre os pobres e mais vulneráveis. Esse esforço deve incluir entre outras medidas, aumentar as transferências monetárias para famílias com filhos que tinham merenda escolar, ajudar os bancos de alimentos e apoiar o envolvimento de ONGs.
- Embora todo governo priorize e coordene ações com base em sua própria avaliação da situação, os sistemas alimentares devem ser vistos como serviços essenciais que continuarão a operar durante períodos de bloqueio, emergência, toque de recolher ou outras medidas de contenção da saúde pública.
- Políticas e medidas fiscais imediatas devem ser adotadas para garantir o funcionamento contínuo das cadeias de abastecimento de alimentos, em nível nacional e internacional, a permitir que os carregamentos de alimentos continuem a cruzar as fronteiras, e com novos fornecedores (nos casos em que os países fornecedores tenham interrompido suas exportações) e em conformidade com as normas de segurança alimentar existentes.
- As autoridades de governos locais desempenham um papel importante para garantir que os sistemas alimentares funcionem de acordo com as diretrizes de saúde contra a COVID-19; que as empresas, trabalhadores e agricultores sejam protegidos e apoiados e que as populações estejam bem informadas.
- Medidas de comercialização adaptadas aos contextos locais devem ser implementadas em mercados ao ar livre, estandes na beira de estradas e mercados informais, observando os protocolos distanciamento físico e social contra a COVID-19, além das práticas de higiene, conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde.
- É importante divulgar aos consumidores informações confiáveis sobre como comprar e consumir uma dieta saudável. Embora nenhum alimento ou suplemento alimentar possa prevenir a infecção da COVID-19, uma dieta saudável favorece um sistema imunológico forte. As informações devem conter a seleção de combinações corretas de alimentos, de acordo com as diretrizes alimentares do país, ou de acordo com as Diretrizes do Pacífico para uma Vida Saudável, redigida para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico.
- Ações imediatas devem ser tomadas para aumentar a produção agrícola nos Pequenos Estados Insulares imediatamente e para a próxima estação de plantio. Isso inclui a prestação de serviços financeiros para permitir que pequenos produtores e pequenas e médias empresas superem as crises de fluxo de caixa, distribuir insumos para a produção agrícola primária para garantir a disponibilidade de alimentos nas áreas mais pobres, e fornecimento de serviços digitais para agricultura e educação. Os Pequenos Estados

Insulares do Pacífico podem ver um aumento da atividade pesqueira em pequena escala, ao contrário do que está a acontecer em outras partes do mundo. Alguns países começaram a planejar essa atividade, principalmente nos atóis, para garantir a segurança alimentar. Essa atividade deve ser complementada por uma gestão adequada dos recursos pesqueiros para garantir que a pressão sobre as áreas já degradadas não seja exacerbada, e pelo treinamento e uso dos equipamentos, de acordo com os regulamentos.

- É crítico o destaque às pequenas hortas de quintal e cadeias de abastecimentos locais funcionais, pois visam a disponibilidade de alimentação nutritiva, necessária à dieta saudável.
- A pandemia da COVID-19 exacerbará as dificuldades atuais da temporada de ciclones no Pacífico, bem como da próxima temporada de furacões no Caribe. Medidas em nível nacional de preparação para a COVID-19 e para desastres naturais precisam ser intensificadas, bem como a implementação de sistemas de alerta precoce de escassez de alimentos.
- Atenção urgente deve ser dada à promoção de tecnologias agrícolas resistentes ao clima, como estufas sombreadas resistentes a furacões, sementes tolerantes à seca e outras tecnologias modernas de apoio à produção local.

#### *Ações de política estrutural*

- Investir nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento significa investir em mais de 70 milhões de pessoas. São necessários investimentos para ampliar o Programa de Ação Global dos PEID, que ajuda os países a identificar e executar ações prioritárias para a melhora da nutrição e do bem-estar, reduzir a pobreza e as desigualdades, além de promover o crescimento econômico.
- Doadores e outros parceiros devem trabalhar com organizações regionais e instituições financeiras específicas de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento em políticas e investimentos para ajudar os PEID a fortalecer a resiliência alimentar face à COVID-19.
- Os países das Ilhas do Pacífico têm seus sistemas informais de proteção social tradicionais que são grupos comunitários e religiosos que garantem o apoio aos cidadãos em momentos de necessidade, incluindo a troca de trabalho e presentes para marcar os dias de festas, nascimentos, casamentos e mortes. Os governos devem desenvolver políticas e programas de apoio, tanto para os programas de proteção social formais, como aqueles com base na comunidade.
- A crise da COVID-19 oferece oportunidades para que os PEID possam aumentar seu preparo digital (digitalização de atores da cadeia de valor, pagamentos eletrônicos, análises de Big Data). As soluções digitais reduzem as preocupações com o contato físico, facilitam a venda e o pagamento entre compradores e vendedores e, através de uma Fintech, podem resolver os problemas atuais de liquidez e de financiamento associados à COVID-19. Muitos Pequenos Estados Insulares, especialmente nas Ilhas do Pacífico, usam rádios comunitárias e a radiodifusão pública para comunicar mensagens essenciais para a boa saúde, a nutrição e a melhora nos meios de subsistência.
- Os serviços financeiros internacionais de remessas e transferências devem ser considerados essenciais e apoiados como um meio de fornecer às famílias a liquidez necessária para manter seus meios de subsistência.
- Investimentos substanciais em infraestrutura e instituições precisam ser feitos para ajudar agricultores e pescadores a cumprirem os padrões internacionais de segurança alimentar,

melhorar a rastreabilidade, eficiência na produção e acesso ao mercado de produtos alimentícios de alto valor.

- É necessário que haja melhores dados e capacidades estatísticas para iluminar a tomada de decisões, o planejamento e os investimentos.

## O Papel da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Durante a crise atual, a FAO continuará a defesa da segurança alimentar e a nutrição das populações vulneráveis nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e por sistemas alimentares mais sustentáveis. Ações, opções políticas e planos de investimento precisam ser adaptados às realidades dos países e atender às suas necessidades específicas. Os resultados das avaliações de investimentos em diagnose agrícola que a FAO realiza com o Banco Mundial, juntamente com suas parcerias com organizações específicas dos PEID, como o BDC e o CARICOM, e as IFIs regionais como o BID, para ajudar a desenvolver soluções sob medida.

A FAO publicou resumos de políticas em uma grande variedade de áreas e tópicos para ajudar os países membros a responder à pandemia da COVID-19. Continuará a apoiar um ambiente propício para um maior diálogo entre o setor público e o privado, a fornecer assistência técnica e compartilhar conhecimentos e lições sobre opções de políticas em segurança alimentar, nutrição e sistemas alimentares inclusivos e sustentáveis. A FAO mobilizará pontualmente todo o seu conhecimento técnico para conceber projetos e programas direcionados às populações afetadas pela pandemia da COVID-19, incluindo os pequenos agricultores, pequenas e médias empresas, mercados, além dos migrantes sazonais e suas famílias, no ponto de origem.

## RECONHECIMENTOS

Este resumo foi elaborado pelo Centro de Investimentos da FAO e pelo Escritório para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Países Menos Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento sem costa marítima (OSL), com contribuições do Escritório Sub-regional da FAO para o Caribe, do Escritório Sub-Regional da FAO para a América Central, Escritório Sub-Regional da FAO para as Ilhas do Pacífico e Escritório Regional da FAO para Ásia e Pacífico. Além disso, a Divisão de Nutrição e Sistemas Alimentares, o Departamento de Pesca e Aquicultura e as equipes do Programa Estratégico da FAO para o Objetivo Estratégico 1 (eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição), o Objetivo Estratégico 3 (Reduzir a pobreza rural) e o Objetivo Estratégico 4 (Ativar sistemas agrícolas e alimentares inclusivos e eficientes) fizeram contribuições técnicas.

